

Dino quer discutir se valor de emendas fere separação de poderes

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, adiantou nesta quarta-feira (30/10) que vai propor ao Plenário da Corte que analise se o crescente valor empenhado nas emendas parlamentares fere o princípio da separação dos Poderes.

A fala foi proferida durante o **XXVII Congresso Internacional de Direito Constitucional**, sediado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília. Dino falou no painel sobre “Luzes e Sombras no Orçamento Público” e fez referência a decisões recentes do STF sobre o tema.

Sucessor da ministra Rosa Weber na Corte, ele é o relator e uma das ações que tratam das emendas parlamentares, das emendas de relator (batizadas de “orçamento secreto”) e de emendas impositivas.

O uso dessas emendas está suspenso por liminares confirmadas pelo Plenário, até que se encontre uma forma de dar transparência e rastreabilidade a esses valores, em obediência à decisão anterior do Supremo que julgou inconstitucional o chamado “orçamento secreto”.

“Veja, o Supremo não está discutindo montante. Ainda. Mas o fará. Pelo menos eu vou propor, em 2025, para que examinemos se isso é compatível com o princípio da separação de Poderes”, afirmou o ministro.

Valores altos

Os valores são substanciais e foram expostos em fala anterior, do senador Randolfe Rodrigues (PT), que traçou um histórico do uso de emendas parlamentares, indicando como o Congresso Nacional foi invadindo a competência do Executivo para executar orçamento.

Em 2014, foram empenhados R\$ 6,1 bilhões em emendas parlamentares. Em 2020, esse montante passou a R\$ 38 bilhões. Ainda segundo o senador, em 2023, 46% das transferências federais diretas a estados e municípios foi feita por ordem do Legislativo.

“Isso é uma distorção e é nesse sentido o debate que é proposto pelo STF. É um debate mais que adequado para resgatar princípios que a Constitucional Federal traz no artigo 163, de rastreabilidade e transparência. É para colocar o rio diretamente de volta no curso.”

Para Flávio Dino, o Supremo está ainda “um passo atrás”. “Não estamos discutindo montantes. Estamos vendo o cumprimento do devido processo legislativo, que o próprio Congresso Nacional escreveu na Constituição Federal”.

O quanto for necessário

Ainda no evento, o ministro do Supremo Tribunal Federal disse que as liminares vão durar enquanto forem necessárias e lembrou da decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos sobre a segregação racial nas escolas. Neste caso, a decisão foi mantida por dez anos até que as instituições se adaptassem.

“Creio que, pela formação que tenho, até pela experiência de natureza política, que o ideal é que STF também haja com esse gradualismo. Não é uma canetada monocrática que vai fazer com que práticas hoje tão enraizadas, afetando separação de Poderes, sejam revertidas.”

Dino ainda acrescentou que não é papel do Supremo fazer controle sobre a probidade orçamentária, mas garantir o cumprimento dos parâmetros constitucionais.

Rosinei Coutinho/STF



Para Dino, STF deve avaliar se alto valor movimentado em emendas fere separação dos Poderes



“Estamos na expectativa de que isso ocorra, porque não é desejo do Supremo, e acho que falo pelo colegiado todo, de manter a execução orçamentária congelada *ad eternum* no que se refere às emendas. Por outro lado, não é possível restabelece-las sem que a Constituição seja cumprida.”

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-out-30/dino-quer-que-stf-discuta-se-valor-de-emendas-fere-separacao-de-poderes/>